



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-271-5 DOI 10.22533/at.ed.715201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quarto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles que pensam a Educação Inclusiva em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a inclusão. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo a Educação Inclusiva.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	
Anatália Dejane Silva de Oliveira Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7152019081	
CAPÍTULO 2	14
MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS	
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos Waldísia Rodrigues de Lima Graciliana Garcia Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7152019082	
CAPÍTULO 3	24
JOGO LIBRÁRIO DO MEIO AMBIENTE: TECNOLOGIA SOCIAL E DESIGN PARA O ENSINO DE LIBRAS	
Flavia Neves de Oliveira Castro Nadja Maria Mourão Rita de Castro Engler Isabela Cristina Teixeira Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7152019083	
CAPÍTULO 4	33
INCLUSÃO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS	
Marina Barros Batista Almir Vieira de Sousa Neto Jackeline Dias Cunha Nogueira Amanda Azevedo Torres Esther Barata Machado Barros Yndri Frota Farias Marques Tamara Simão Bosse Adriano Joab Meneses Mesquita Rebeca Coêlho Linhares Luana Cristina Farias Castro Áurea Izabel de Andrade Barroso Clesivane do Socorro Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7152019084	
CAPÍTULO 5	38
A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM TEA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Paloma Rodrigues Cardozo Andreia Mendes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7152019085	
CAPÍTULO 6	46
LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL	
Alana Francine Freitas Xavier Larissa Ingreddy Tavares Andreia de Cassia Silva Machado	

Ludmila Grego Maia
Patrícia Leão da Silva Agostinho
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí
Katarinne Lima Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7152019086

CAPÍTULO 7 52

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva
Antonia Kátia Soares Maciel

DOI 10.22533/at.ed.7152019087

CAPÍTULO 8 61

O PAINEL SENSORIAL COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisca Helen Veloso Euzébio
Ana Caroline Marques de Araújo
Renata Gomes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.7152019088

CAPÍTULO 9 70

POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.7152019089

CAPÍTULO 10 75

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS SURDAS: ESPAÇO DE INTERAÇÃO E VISIBILIDADE DA CULTURA SURDA

Marcia Pereira de Sousa
Normandia de Farias Mesquita Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.71520190810

CAPÍTULO 11 85

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LIBRAS

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.71520190811

CAPÍTULO 12 95

LIBRAS EM MODALIDADE SINALIZADA E O PORTUGUÊS EM MODALIDADE ESCRITA: OS SURDOS EM MEIO À SOCIEDADE GRAFOCÊNTRICA

Josiane Coelho da Costa
Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71520190812

CAPÍTULO 13 105

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMINOLOGIAS EM LIBRAS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA

Tháisa Cardoso Nascimento Borges
Maloní Montanini Mafei César
Michelly Christine dos Santos
Lourena Cristina de Souza Barreto

DOI 10.22533/at.ed.71520190813

CAPÍTULO 14 119

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Beatriz Guimarães Quadros
Daniele Pereira de Sousa
Simone Maria Campelo Machado
Degiane da Silva Farias

DOI 10.22533/at.ed.71520190814

CAPÍTULO 15 134

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Amisse Alberto
Márcia de Fátima Barbosa Corrêa
Neusa Teresinha Rocha dos Santos
Cláudia Aparecida Prates

DOI 10.22533/at.ed.71520190815

CAPÍTULO 16 141

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DO IFRN

Josanilda Mafra Rocha de Moraes
Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.71520190816

CAPÍTULO 17 152

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE INGLÊS PARA SURDOS

Bruna de Oliveira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.71520190817

CAPÍTULO 18 159

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Andréia Farias de Jesus
Ana Marta Gonçalves Soares
Daniel Costa Gomes de Souza
Lucas Bastos de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.71520190818

CAPÍTULO 19 167

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Samantha Sena e Pinto
Julia Freitas
Ivonete Barreto de Amorim
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

DOI 10.22533/at.ed.71520190819

CAPÍTULO 20 180

O ESTUDO DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.71520190820

CAPÍTULO 21	187
REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DISLEXIA: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Marília Piazzzi Seno	
Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.71520190821	
CAPÍTULO 22	196
O <i>CUIDADOR</i> ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO	
Rosimar Bortolini Poker	
Bruna Caroline Cardoso Komatsu	
DOI 10.22533/at.ed.71520190822	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Data de aceite: 03/08/2020

Samantha Sena e Pinto

Universidade Salvador UNIFACS

Salvador-Bahia

<http://lattes.cnpq.br/5149621422379876>

Julia Freitas

Universidade Salvador UNIFACS

Salvador-Bahia

<http://lattes.cnpq.br/5279984057644062>

Ivonete Barreto de Amorim

Universidade do Estado da Bahia UNEB

Serrinha-Bahia

<http://lattes.cnpq.br/4354042640462127>

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade Salvador UNIFACS

Universidade do Estado da Bahia UNEB

Salvador-Bahia

<http://lattes.cnpq.br/5124901380308097>

RESUMO: A acessibilidade da pessoa com deficiência visual, consiste em uma necessidade eminente, sobretudo no que concerne ao direito à cidade, com vistas a potencializar sua autonomia, através da eliminação de barreiras e da implementação de ações que corroborem com o uso de recursos e serviços que garantam esse direito da cidadã e do cidadão com deficiência visual. Este

estudo é de natureza quantitativa e qualitativa e de caráter bibliográfico, que tem por objetivo apresentar a deficiência visual, analisando a importância da acessibilidade para assegurar à pessoa com deficiência o direito à cidade. O estudo ressalta os recursos de acessibilidade, posturas atitudinais e as políticas públicas como elementos relevantes para superar as barreiras, que impedem a acessibilidade e dificultam o acesso aos direitos das pessoas com deficiência às cidades brasileiras. É necessário que as cidades se tornem mais acessíveis, que possam existir maiores investimentos quanto a acessibilidade e que as pessoas sejam conscientizadas sobre a deficiência e os direitos das pessoas com deficiência visual, destacando que essa demanda não se apresenta como um favor, mas como garantia de direitos humanos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Deficiência visual, Lazer, Cidade.

PERSONS WITH VISUAL DISABILITY AND THE RIGHT TO THE CITY

ABSTRACT: The accessibility of the visual impairment person consists of an eminent need, especially with regard to the right to the city, with a view to enhancing their autonomy,

through the elimination of barriers and the implementation of actions that corroborate the use of resources and services that guarantee this right of the visually impaired citizen. This study is of a quantitative and qualitative nature and of a bibliographic character, which aims at presenting the visual impairment, analyzing the importance of accessibility to ensure the right to the city to the person with visual impairment. The study highlights the accessibility resources, attitudinal postures and public policies as relevant elements to overcome the barriers, which prevent accessibility and make difficult access to the of people with disabilities to Brazilian cities. It is necessary that the cities become more accessible, that there may be larger investments as to accessibility and that persons need to be made aware about the disability and the rights of people with visual impairment, highlighting that this demand does not present itself as a favor, but as a guarantee of fundamental human rights.

KEYWORDS: Accessibility, Visually Impaired, Leisure, City.

1 | INTRODUÇÃO

A deficiência visual é uma limitação na visão, como a cegueira e a baixa visão. A pessoa com baixa visão tem um comprometimento no funcionamento visual no olho direito e esquerdo, mas é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e execução de tarefas. Submetida a tratamento e ou correção de erros refracionais a deficiência persiste, por isso é considerada como baixa visão. A cegueira é menos prevalente e se caracteriza por apresentar ausência total de visão, ou apenas percepção de luz (podem perceber claro, escuro e delinear algumas formas) e necessitam do sistema Braille para leitura e escrita, bem como utilizam os sentidos tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico no seu processo de desenvolvimento e apropriação da realidade (BRUNO, 2006; SIAULYS, ORMELEZI E BRIANT, 2010).

A delimitação em relação à deficiência visual se dá fundamentalmente por duas escalas oftalmológicas, sendo estas a acuidade visual¹ e o campo visual². Refere-se também a “cegueira parcial” em relação aos indivíduos apenas capazes de contar dedos a curta distância e os que só tem a percepção de vultos. Mais próximos da cegueira total, estão os indivíduos que só têm percepção de projeções luminosas, e os que têm ausência total da visão (CONDE, 2012).

No Brasil, desde 1961, o Dia Nacional do Cego é comemorado em 13 de dezembro e foi criado com o propósito de dar visibilidade a pessoa com deficiência visual, conscientizar a sociedade sobre as potencialidades das pessoas com deficiência visual, diminuindo assim o preconceito e a discriminação. Segundo dados do censo demográfico do IBGE (2010), foi verificado que 23,9% da população brasileira tinha alguma deficiência, 18,6% da população brasileira possui algum tipo de deficiência visual. Desse total, 6,5 milhões

1. Referente ao que se enxerga a determinada distância.

2. Referente a amplitude do alcance da visão.

apresentam deficiência visual severa, sendo que 506 mil têm perda total da visão (0,3% da população) e 6 milhões, grande dificuldade para enxergar (3,2%) (BRASIL, 2010).

Este estudo visa refletir sobre as pessoas com deficiência visual e seus direitos à cidade, ressaltando a necessidade de se discutir sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência visual de terem asseguradas e efetivadas leis e políticas que contribuam para fortalecer a acessibilidade nos espaços públicos para que consigam usufruir da cidade com autonomia.

2 | METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. A temática é abordada através de um estudo de caráter bibliográfico, que teve como base buscar através de artigos publicados nas bases de dados BVS saúde, SCIELO e Capes a partir dos descritores: deficiência visual, cidade e acessibilidade; bem como foram consultadas também as leis brasileiras e municipais relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência visual. Foram encontrados 67 artigos nas bases de dados com os descritores pesquisados que tratam da deficiência visual e o direito à cidade e selecionados para leitura apenas os artigos publicados a partir de 2015, ano que foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Os estudos foram analisados através da leitura dos títulos, resumos e feita a análise dos resultados dos estudos selecionados de forma qualitativa. Os dados foram quantificados através de uma tabela esquematizando as informações das bases de dados e de um quadro com as categorias: autor, título do estudo, ano de publicação, a cidade/estado ou região do estudo e objetivos.

3 | DEFICIÊNCIA VISUAL E A LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira conforme o Decreto nº 5.296, de 2004 estabelece como:

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

Pedagogicamente, é possível definir como “cego” aquele que necessita de instrução em Braille³, mesmo este possuindo visão subnormal, e como visão subnormal aquele que é capaz de ler impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos (CONDE, 2012).

É possível afirmar que foi durante o período de expansão dos ideais da Revolução Francesa que surgiu uma consciência social mais “inclusiva” com a invenção do sistema

3. Sistema de leitura tátil, para pessoas cegas e com baixa visão, baseado numa combinação de pontos em relevo. Criado em 1825, por Louis Braille, na França, foi adotado no Brasil em 1854.

Braille, o processo de alfabetização de quem não enxergava tornou-se facilitado.

A partir de 1960, houve uma onda de politização da questão da deficiência, o que resultou em maior visibilidade e relevância da questão para a sociedade em geral. Alguns países criaram medidas antidiscriminatórias para assegurar a igualdade de direitos das pessoas com deficiência. No entanto, no período em questão compreendia-se a deficiência como impedimento físico ou mental, ainda se tinha uma noção institucionalizada, acreditando que a deficiência seria algo necessariamente a ser corrigido. Esta concepção foi mudando ao ponto que surgia o pensamento de que a exclusão social das pessoas com deficiência seria um fruto da organização social contemporânea, isso fez com que a deficiência passasse a ser vista como consequência de questões físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade.

A aprovação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, no Brasil, foi um marco para o movimento das pessoas com deficiência. Ficou demarcada uma nova concepção, que implicou uma ressignificação em termos de relevância e do papel das barreiras sociais como fator limitador da plena inclusão do indivíduo, que passou a referir como pessoa com deficiência “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009).

Conforme o decreto nº3.298 de 1999, cabe aos Órgãos e Entidades do Poder Público assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, neles se incluem o lazer, livre trânsito e o turismo. Porém, ainda assim, a constatação de que a acessibilidade e a inclusão social acabam sendo uma falácia em muitos momentos é realmente preocupante. Ressalta-se que mesmo no século XXI, ainda não se tem uma conscientização dos direitos das pessoas com deficiência, muitas pessoas ainda têm a concepção de que pessoas que apresentam cegueira são incapazes se tratando da realização de determinadas tarefas. É notória a questão da invisibilidade social desse contingente de pessoas, que, historicamente, tendeu a se vincular e perdurar nos discursos superficiais tangentes a questões assistencialistas, resumindo as ações relacionadas a políticas públicas e justiça social a questões apenas de saúde, fazendo com que tais indivíduos fossem tidos apenas como “pacientes”, tolhidos de autonomia, passivos à situações de discriminação e preconceito.

4 | ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DIREITO À CIDADE

A acessibilidade é um direito garantido às pessoas com deficiência descritas pela Lei Brasileira de Inclusão, assim como pela lei de acessibilidade que inferem sobre os direitos das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Conforme o artigo 56 da

lei Brasileira de Inclusão, os projetos arquitetônicos como prédios, órgãos ou serviços originados tanto do setor público bem como privado voltados para o uso coletivo, devem adotar regras de acessibilidade que possam garantir o direito de ir e vir das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Para um local ser acessível, é indispensável que atenda às distintas necessidades de todos os seus usuários, e apesar do uso dos termos “acessibilidade” e “inclusão social” ter crescido com o passar dos anos, e de serem muito empregados cotidianamente no Brasil, poucas vezes são colocados em prática. No que se refere às obras já concluídas, o plano diretor do município de Salvador exige que apenas 5% das construções sejam adaptadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (BRASIL, 2016). A acessibilidade se torna um desafio às pessoas com deficiência, que necessitam que todos os ambientes sejam acessíveis na cidade, porém é negada a elas a integralidade dos serviços adaptados às suas necessidades.

O desnivelamento das calçadas e os obstáculos inseridos nos passeios públicos como carros, barracas, bem como os buracos presentes em muitas cidades brasileiras, impõem sérias dificuldades às pessoas com deficiência, principalmente se estiverem desacompanhadas (GOMES e EMMEL, 2016). Assim, o acesso às cidades se torna uma barreira ao deslocamento seguro de pessoas com deficiência visual, principalmente pelo fato de as cidades ainda não estarem adaptadas para garantir as condições das pessoas com deficiência transitarem nas ruas com segurança.

No decreto 5.296, incisos I, II e III é destacado seu Art. 8º que para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Fica evidenciado no inciso I do referido decreto que a acessibilidade se constitui uma condição *sine qua non* para o uso de forma autônoma, segura, “total ou assistida” de diferentes espaços e serviços pela pessoa com deficiência. É destacado no inciso II, algumas situações que se apresentam como barreiras para a pessoa com deficiência, que são compreendidas como “obstáculo que limite ou impeça o acesso”, dentre os quais reiteramos o reconhecimento dessa realidade, com vistas ultrapassarmos essas dificuldades tão comuns no cotidiano, a citar: a) barreiras urbanísticas, b) barreiras nas edificações, c) barreiras nos transportes e d) barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2004). Assim, é relevante destacar que a pessoa com deficiência visual precisa ter garantido o direito de transitar pela cidade com autonomia. Para tanto, a cidade deve

seguir normas que garantam esse direito.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) especifica que a dimensão mínima necessária para possibilitar o acesso das pessoas com deficiência visual e/ou mobilidade reduzida a caminharem com bengala seja no mínimo de 0,75m de largura em uma calçada.

A tecnologia assistiva se constitui em valioso e importante passo na direção do alcance de maior participação de pessoas com deficiência nas atividades cotidianas, sobretudo, pelas possibilidades que o auxílio de um determinado recurso e/ou serviço adequado podem proporcionar na autonomia dessas pessoas. Podem ser citados alguns equipamentos e recursos como bengalas, material em braille, piso tátil e mapa tátil para mobilidade e orientação espacial, elevadores com informações em braille e sonorizadas, muletas, cadeira de rodas (acopladas ou não a acessórios eletrônicos), são recursos de tecnologia assistiva que podem ampliar a acessibilidade nas cidades e em locais com a devida segurança. Destaca-se que as possibilidades da tecnologia assistiva corroboram também com o:

[...] acesso a informações por meio de materiais adaptados derrubando barreiras arquitetônicas e atitudinais visando incluir a pessoa com mobilidade reduzida e com deficiência sem discriminação ou preconceito. É preciso entender que as pessoas com deficiência querem, antes de tudo, inclusão e direitos. Por isso, em muitos países, as políticas públicas para pessoas com deficiência superaram a visão do chamado “modelo médico” de atendimento e dos enfoques assistencialistas e passaram a adotar os chamados “modelo social”, “modelo dos direitos ou da cidadania” ou “modelo da inclusão ou participação” (VILLELA, 2008, p.11)

A tecnologia assistiva pode minimizar, alterar e até romper barreiras concernentes à inclusão de pessoas com deficiência. E estes recursos e serviços têm mobilizado em diferentes países atendimentos pautados em políticas públicas, as quais buscam o rompimento com paradigma vinculado no assistencialismo para um paradigma ligado aos direitos do cidadão e da cidadã.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL		
BASE DE DADOS	Encontrados	Selecionados
BVS Saúde	03 estudos	2 estudos
Capes	48 estudos	2 estudos
SciELO	16 estudos	3 estudos
TOTAL	67 estudos	7 estudos

Tabela 1 - Estudos sobre Deficiência Visual nas Bases de Dados

Foram encontrados 67 estudos nas três bases de dados a partir dos descritores no período de 2015 a 2019 e selecionados apenas 7 estudos por abordarem a acessibilidade

e os direitos das pessoas com deficiência visual nas cidades brasileiras.

Os resultados mostram a escassez de estudos publicados, que abordem a acessibilidade e o direito à cidade, bem como a efetivação das leis, mesmo após a lei brasileira de inclusão. A maior parte dos estudos encontrados abordavam outros enfoques como o contexto escolar, o mercado de trabalho e aspectos relacionados à saúde; não tinham um olhar para a autonomia em relação ao livre trânsito nos espaços públicos e de lazer com garantia de acessibilidade.

Estudos Seleccionados sobre Deficiência Visual				
Autores	Título	Objetivos dos Estudos	Cidade do Estudo	Ano de publicação
PAGLIUCA, et al.;	Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência	Analisou-se repercussão de políticas públicas inclusivas na óptica das pessoas com deficiência auditiva, visual e física.	Fortaleza	2015
SOUZA, M.C.; Lima, P.V.P.S; Khan, A.S.;	Mecanismos de gestão municipal e a promoção dos direitos humanos	Avaliar a implementação de mecanismos e ações para a promoção e garantia dos direitos humanos no âmbito da administração pública municipal.	Municípios do Ceará	2015
FOGANHOLI, C; GONÇALVES JUNIOR, L.;	Lazer de Pessoas com Deficiências: Significando, Aprendendo e Ensinando	Compreender os processos educativos decorrentes da prática social lazer de pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP	São Carlos-SP	2015
GOMES, L; EMMEL, M.L.G.	Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura	Fazer uma análise da acessibilidade em instituições municipais de cultura de uma cidade e dois distritos, do interior do Estado de São Paulo.	São Paulo	2016
COELHO, P.F.C; ABREU, N.R.	As Consequências das Falhas nos Encontros de Serviço em Shopping Centers: Um Estudo com Consumidores Deficientes Visuais	Compreender as consequências das falhas nos encontros de serviços em shopping centers para o comportamento de consumo de deficientes visuais.	Uma capital do nordeste (não informada)	2017
ALPERSTEDT NETO, C.A; ROLT, C.R; ALPERSTEDT, G.D.	Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente	A construção de um artefato tecnológico com vistas a mitigar o problema e propagar informações acerca da acessibilidade.	Florianópolis	2018
SILVA et al.	Passageiros com deficiência visual no transporte aéreo: avaliação da acessibilidade em aeroportos	Analisar as condições e procedimentos de acessibilidade em aeroportos brasileiros e compreender as experiências de viagem de pessoas com deficiência visual nas fases de pré-voo, embarque e desembarque.	Florianópolis, Aracaju, Macapá, Porto Alegre, Guarulhos, São Paulo	2019

Quadro 1- Estudos Seleccionados sobre Deficiência Visual

Destaca-se as cidades dos estados de São Paulo e Ceará, e a de Florianópolis as que mais tiveram estudos relacionados à acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência visual. Quanto ao ano de publicação houve mais pesquisas publicadas em 2015, o que evidencia uma possível relação com a lei brasileira de inclusão instituída no mesmo ano e que inclui tanto direitos à acessibilidade quanto o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer.

As pessoas com deficiência visual possuem direitos de terem acesso a cidade e ao lazer de forma segura e autônoma. Os momentos de lazer são essenciais para uma boa qualidade de vida, para manter o corpo e a mente saudáveis e desta forma é um importante aspecto a ser discutido, visto que as pessoas com deficiência também têm o direito ao lazer; porém não há incentivos do governo para a criação de parques ou espaços adaptados para pessoas com deficiência. As praças, por exemplo, são carentes de piso tátil e outras tecnologias que facilitem o acesso das pessoas com deficiência visual. As cidades carecem de opções de programas inovadores que ofereçam algum tipo de lazer, que sejam voltados para as pessoas com deficiência, mesmo sendo um direito conquistado e descrito na lei brasileira de inclusão (BRASIL, 2015; FOGANHOLI e GONÇALVES JUNIOR, 2015).

A busca de outras formas de se divertirem na cidade ou procurar por atividades mais acessíveis se torna um desafio para as pessoas com deficiência visual, considerando os diversos obstáculos atitudinais e arquitetônicos (FOGANHOLI e GONÇALVES JUNIOR, 2015).

Gomes e Emmel (2016) ressaltam déficits na acessibilidade em edifícios públicos de cultura para pessoas com deficiência em alguns teatros e bibliotecas da cidade de São Paulo, como o fato de estarem ausentes nestes estabelecimentos o mapa tátil, que é uma tecnologia assistiva essencial para facilitar a vida das pessoas com deficiência visual, cuja função é auxiliar na orientação destas pessoas, ajudando-as a saberem a localização espacial das coisas no interior dos estabelecimentos públicos. As autoras concluíram que os seis estabelecimentos pesquisados na cidade de São Paulo também não foram encontrados audiolivros nas livrarias, livros ou materiais em braile, apenas sinalizações, presentes em apenas dois destes estabelecimentos de cultura, o que retrata a dificuldade destas pessoas conseguirem autonomia nos espaços públicos da cidade e acesso a momentos de lazer.

O estudo de Alperstedt Neto, Rolt, Alperstedt (2018) foi sobre cidades inteligentes, conceito que utiliza os recursos da tecnologia da informação para contribuir para melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas quanto a acessibilidade e o deslocamento aos lugares. Devido aos problemas de acessibilidade referidos em Florianópolis por pessoas com e sem deficiência como: buracos, faltas de rampas de acesso, irregularidades, obstáculos e problemas relacionados a largura nas calçadas. Os autores construíram o aplicativo “Eu chego lá” para auxiliar pessoas com deficiência

e mobilidade reduzida a identificarem facilmente através de indicadores, informados por outras pessoas que utilizam o aplicativo, informações sobre a acessibilidade nos lugares da cidade de Florianópolis como rampas de acesso, banheiros adaptados, piso tátil e estacionamento adaptado com opção de imagens.

O estudo mostra que a sociedade quando empenhada pode contribuir significativamente para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e que a preocupação com os problemas de acessibilidade das cidades podem incomodar muitas pessoas, mesmo as que não apresentam nenhum tipo de deficiência, assim como é uma iniciativa que traz benefícios há um grande número de pessoas, além de incentivar os donos de estabelecimentos a seguirem as normas de acessibilidade.

O estudo de Souza; Lima; Khan (2015) ressalta a omissão dos municípios do estado do Ceará para seguirem com as normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Os resultados deste estudo apontaram que 24,5% das cidades do Ceará não possuem programas ou ações direcionadas às pessoas com deficiência e que apenas 11,4% das cidades cearenses existem algum tipo de adaptação dos espaços culturais, artísticos e desportivos para facilitar o acesso de pessoas com deficiência. As autoras referiram ausência de elevadores em braile e sonorizado, apenas 6% possuem pessoas capacitadas para prestar adequado atendimento às pessoas com deficiência e que apenas 2,7% possuem piso tátil, admitem uso de cão-guia e possuem modificações na mobília da recepção para facilitar o acesso e a locomoção.

O descaso das prefeituras com as normas vigentes de acessibilidade na construção de recursos arquitetônicos e urbanísticos em serviços abertos ao público evidenciam a realidade sobre a conseqüente falta destes recursos em outros locais das cidades.

O estudo de Pagliuca (2015) se constitui de uma entrevista realizada na cidade de Fortaleza com pessoas com deficiência visual, auditiva e motora e demonstrou que para os grupos, a lei que mais funciona é a lei do passe livre nos transportes públicos interestaduais, que permite às pessoas com deficiência ingressarem sem a necessidade de pagarem passagem. Para o grupo formado por 40 pessoas com deficiência visual, conforme opções do questionário, as políticas públicas que mais contribuíram para a inclusão foram a lei de integração das pessoas com deficiência, lei de Acessibilidade ou mobilidade reduzida e a Convenção Interamericana eliminação discriminação de 2001.

O estudo de Coelho e Abreu (2017) realizado em shoppings centers de uma capital do Nordeste aborda as falhas ocorridas nos atendimentos pelos funcionários dos shoppings, bem como dificuldades de acesso aos banheiros. Foram entrevistadas 9 pessoas que tinham entre 19 a 32 anos, das quais 5 eram totalmente cegas, 1 apresentava perda parcial da visão, 1 cega de apenas um dos olhos, 1 praticamente sem visão e 1, que apresentava apenas pequena percepção luminosa que frequentam shoppings entre duas a dez vezes durante o semestre.

Ressalta-se algumas ocorrências e estigmas vivenciados pelas pessoas com

deficiência visual, quanto a abordagem e o atendimento pelos funcionários dos shoppings centers presentes no estudo de Coelho e Abreu (2017):

- Os funcionários pensam que quem tem deficiência visual não têm poder de compra;
- Que precisarão viver até o fim de seus dias sempre acompanhados da mãe ou algum familiar sem deficiência;
- Não deveriam ir ao shopping center;
- Funcionários mal intencionados que dão o troco errado ou vendem produtos com a cor ou especificação diferente da solicitada;
- Ocorrência de funcionários, que as ignoram completamente, dirigindo-se ao acompanhante como se a pessoa com deficiência visual não estivesse presente;
- Funcionários que por despreparo, aversão ou preconceito, pedem ajuda a um supervisor, gerente ou a outro vendedor para atender a pessoa com deficiência visual;

Nota-se que as concepções dos funcionários dos shoppings sobre as pessoas com deficiência, tem relação com o despreparo e o preconceito. As empresas devem promover a conscientização de seus funcionários esclarecendo mitos e a realidade sobre as capacidades e direitos das pessoas com deficiência, disseminando entre seus funcionários sobre formas mais adequadas de atender as pessoas com deficiência, através de programas de treinamento com enfoque na sensibilização a respeito das pessoas com deficiência, seus deveres como funcionário no melhor atendimento ao cliente e sobre os direitos das pessoas com deficiência, previstos pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009).

Assim como no estudo de Coelho e Abreu (2017), no estudo de Silva et al (2019) também foram referidos o mal atendimento dos funcionários, porém em aeroportos em diversas cidades brasileiras como o tratamento infantilizado e funcionários que preferem se reportar aos acompanhantes das deficiência visual, escadas vazadas que constituem perigos para este grupo no embarque e desembarque; os assentos preferenciais, que por vezes estão ocupados causando transtornos aos passageiros, bem como a insatisfação com lanchonetes e restaurantes dos aeroportos das cidades de Florianópolis, Macapá, Porto Alegre e São Paulo (Congonhas e Cumbica) que não possuem cardápios em Braille, dificultando as escolhas dos pedidos; a descontinuidade no piso tátil e a ausência destes nos banheiros, causando grande desconforto. Estas situações evidenciam a necessidade de políticas que invistam em maiores esclarecimentos à população sobre as pessoas com deficiência visual e seus direitos de ir e vir.

Ainda observamos e constatamos no nosso contexto social, sobretudo na cidade do Salvador-BA, muitas demandas impeditivas para que a pessoa com deficiência visual tenha o direito à cidade e viva sua cidadania plena, sobretudo pelo fato das dificuldades arquitetônicas, da ausência e/ou dificuldades de uso de elevador no transporte coletivo,

ausência de rampas, ou rampas que não cumprem as normas técnicas, ausência de piso tátil, problemas referentes a posturas atitudinais entre outros.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais dados, cabe a reflexão acerca de políticas públicas de inclusão e acessibilidade como garantia de acesso da pessoa com deficiência à cidadania plena, não só em teoria, mas fundamentalmente em execução, legitimando o sujeito e a deficiência, que sempre existiram, como parte da sociedade, através de políticas inclusivas, da adaptação do meio social e dos espaços físicos, de forma a promover o acesso e a participação efetiva do indivíduo à cidadania com a devida dignidade intrínseca ao ser humano. A luta pelos direitos das pessoas com deficiência visual não deve estar restrito apenas a estas pessoas, é um compromisso com a cidadania que todas as pessoas podem e devem se interessar; questionar as autoridades competentes e fiscalizar a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade para que tenham seus direitos garantidos e que possam transitar na cidade com condições reais de recursos, que tornem as cidades mais acessíveis.

O poder público deve facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos recursos e tecnologias de acessibilidade que melhorem a sua qualidade de vida e ampliem a autonomia na cidade e criar estratégias para o desenvolvimento de atividades de lazer para as pessoas com deficiência. Contudo eliminar as barreiras arquitetônicas e atitudinais previstos em diversas leis como a lei brasileira de Inclusão e a lei de acessibilidade, ainda representam um desafio para os municípios em um país com tantas pessoas com deficiência visual. Desta forma para que os direitos sejam garantidos pelo poder público e privado, exige uma consciência coletiva dos direitos do outro e uma adaptação em todas as vias e espaços públicos como ruas, praças, parques e em diversos estabelecimentos comerciais e de cultura das cidades, visando a melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT NETO, C.A; ROLT, C.R; ALPERSTEDT, G.D. Acessibilidade e tecnologia na construção da cidade inteligente. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v.22,n.2,p.291-310,Apr.2018.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?scr ipt=sci_arttext&pid=S1415-65552018000200291&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jun. 2019.

BIANCHETTI, L; FREIRE, I.M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2011. p. 223.

BRASIL. ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ. 2004. http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto 5.296/2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Versão Comentada** – Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018

BRUNO, M.M.G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual.** 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

COELHO, P.F.C; ABREU, N.R. As consequências das falhas nos encontros de serviço em shopping centers: um estudo com consumidores deficientes visuais. **Rev. Brasileira de Marketing – ReMark**, v.16, n.2. Abril/Junho.2017. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiramarkeing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/viewArticle/3475>>. Acesso em: 19 de jun. 2019.

CONDE, A.J.M. Instituto Benjamin Constant. **Definição de cegueira e baixa visão.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/fique-por-dentro/cegueira-e-baixa-visao>>. Acesso em: 09 dez. 2018

FOGANHOLI, C; GONÇALVES JUNIOR, L. Lazer de Pessoas com Deficiências: Significando, Aprendendo e Ensinando. **Rev.Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.2, jun/2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1057/766>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

GOMES, L; EMMEL, M.L.G. Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura. **Cad. Ter.Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 519-530, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1409/748>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PAGLIUCA, L.M.F. et al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 498-504, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000300498&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Jun. 2019.

RIBAS, J.B.C. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120 p.

SALVADOR. **Lei Nº9069/2016.** Vide Decreto nº 28.560/2017. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador. Salvador, BA. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SIAULYS, M.O. de C.; ORMELEZI, E.M.; BRIANT, M.E. **A deficiência visual associada à deficiência múltipla e o atendimento educacional especializado.** São Paulo: Laramara. 2010.

SILVA, T.N.R. et al. Passageiros com deficiência visual no transporte aéreo: avaliação da acessibilidade em aeroportos. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019005004101&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SOUSA, M.C; LIMA, P.V.P.S; KHAN, A.S. Mecanismos de gestão municipal e a promoção dos direitos humanos. **Rev. de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, jun.2015. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/51615/50398>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VILELLA, R. **Tecnologia Assistiva nas Escolas**. Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), Microsoft – Educação, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 77, 79, 122, 145, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 201

Ações Afirmativas 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13

Aluno com Síndrome de Down 52

Aluno Surdo 26, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 101, 106, 109, 110, 111, 157, 181

Apoio à inclusão 201

Atendimento Educacional Especializado 7, 9, 38, 64, 66, 69, 77, 78, 79, 86, 90, 122, 134, 135, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 178, 200, 201, 202, 206, 207

Autismo 42, 63, 64, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133

Avaliação de Políticas 70

B

Base de dados bibliográficas 187

Brasil 14, 15, 17, 21, 23, 25, 32, 47, 48, 50, 57, 64, 70, 72, 73, 79, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 108, 109, 111, 116, 134, 135, 137, 138, 139, 154, 156, 160, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 182, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cidade 76, 105, 117, 125, 153, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 196

Consciência Linguística 152, 154, 155, 157

Contextos 7, 8, 80, 89, 102, 123, 134, 135, 136, 138, 161, 162, 181, 182

Criança 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 56, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 84, 100, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 132, 133, 188, 190, 191, 197, 198, 207

Cuidador na escola 196, 199, 200, 202, 203, 206

Cultura 1, 4, 5, 25, 28, 31, 35, 36, 44, 65, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 145, 152, 156, 157, 173, 174, 177, 178, 208

D

Deficiência visual 144, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Design 24, 25, 26, 27, 30, 32, 149

Dificuldade de aprendizagem 61, 62

Discurso 57, 80, 180

Dislexia 63, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

E

Educação Básica 11, 17, 18, 25, 39, 44, 56, 70, 71, 74, 77, 90, 99, 142, 143, 151, 165, 208

Educação de Jovens e Adultos 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Educação de Surdos 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104, 118

Educação em Saúde 34

Educação Especial 7, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 39, 44, 53, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 102, 103, 104, 108, 118, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 159, 163, 165, 178, 186, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 206, 207

Educação Inclusiva 1, 2, 3, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 51, 60, 78, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 108, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 196, 197, 198, 199, 201, 207

Educação Profissional 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151

Educação Superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 35, 47, 48, 72

Ensino de Libras L2 180

Escrita 1, 43, 47, 58, 63, 66, 68, 75, 77, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 153, 154, 156, 168, 184, 185, 188, 190, 191, 193, 204

Estratégias 1, 7, 8, 10, 35, 42, 53, 54, 59, 60, 61, 65, 88, 90, 108, 128, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 177, 183, 185, 191, 202

F

Formação de Professores 25, 56, 85, 88, 90, 92, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 164, 208

I

Inclusão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 189, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207

Infância 38, 40, 43, 44

J

Jogo Librário 24, 25

L

L1 152, 153, 155, 182

Lazer 97, 136, 167, 170, 173, 174, 177, 178

Libras 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 75, 76, 77, 79, 80, 81,

82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 138, 139, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Língua Brasileira de Sinais 16, 25, 31, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 75, 76, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 99, 101, 103, 106, 116, 118, 181, 185

Línguas de sinais 95, 152, 156

Ludicidade 67, 68, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 208

M

Meio Ambiente 24, 26, 27, 29, 30, 31

Moçambique 134, 135, 137, 138, 139, 140

N

Núcleo de Acessibilidade 1, 6, 8, 10, 12, 13

P

Painel Sensorial 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Pessoas com deficiência 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 40, 50, 53, 66, 79, 108, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Políticas Educacionais 70, 83, 102, 135, 136, 138, 149

Português 25, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 184, 185, 189, 191

Prática docente 52, 56, 58, 59, 100, 102, 103

R

Revisão 17, 24, 46, 49, 59, 69, 75, 80, 85, 87, 132, 187, 189, 190, 193

S

Sala de Recursos 44, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 132

Sinopses Estatísticas 14, 17, 18, 19

Surdez 35, 37, 48, 76, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 152, 158, 180, 182, 186, 202

Surdos 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 48, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 181, 182, 186

T

Tecnologia Social 24, 25, 32, 179

Terminologias de Química e Biologia em Libras 105

Trajetórias de aprendizagem 38, 42

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020